

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAS I I e I I I

OBJETIVA E DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Inovar é planejar a resolução de problemas com custos coerentes.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 55 questões objetivas, numeradas de 1 a 55.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS da Prova Objetiva, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PROVA II

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Economia e Finanças Públicas

1. No Sistema de Contas Nacionais do Brasil, a mensuração da Formação Bruta de Capital Fixo
- (A) considera os ativos fixos utilizados repetida ou continuamente em processos de produção por mais de um ano, ativos esses que são equivalentes ao total de ativos tangíveis.
 - (B) tem no Balanço Patrimonial do Banco Central do Brasil a fonte do conjunto de informações necessárias para a estimativa da contribuição das empresas financeiras, que representam as unidades institucionais residentes que se dedicam principalmente a prestar serviços financeiros.
 - (C) apura a ampliação da capacidade produtiva da economia por meio de indicadores do fortalecimento do poder de consumo das unidades institucionais residentes.
 - (D) se baseia, para o setor Governo Geral, no levantamento das despesas de investimentos informadas nos planos de contas dos Balanços Orçamentários dos diferentes níveis de governo, sendo que para os Governos Estaduais uma fonte utilizada é a Execução Orçamentária dos Estados.
 - (E) reflete, para o setor Famílias, as projeções da renda a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
-
2. Dentre os números divulgados pelo Banco Central do Brasil para o Balanço de Pagamentos do país, para o ano de 2018, temos a seguinte abertura de dados da Conta Financeira, em US\$ bilhões:

Investimento direto no exterior	14,0
Investimento direto no país	88,3
Investimento em carteira – ativos	3,4
Investimento em carteira – passivos	(-)8,4
Derivativos – ativos e passivos	2,8
Outros investimentos – ativos	54,4
Outros investimentos – passivos	5,8
Ativos de reserva	2,9

Considerando que, para contas de ativo e de passivo, + significa aumento de estoque e (-) redução de estoque, a Conta Financeira em 2018, em US\$ bilhões, foi de

- (A) (-)8,2.
 - (B) (-)140,3.
 - (C) 134,8.
 - (D) 123,5.
 - (E) (-)25,0.
-
3. Sob o modelo IS-LM e uma demanda por moeda infinitamente inelástica em relação à taxa de juros, a autoridade de um país com economia fechada, ao pretender expandir a renda,
- (A) enfrentará a chamada armadilha da liquidez.
 - (B) atingirá plenamente seu objetivo por meio da política fiscal contracionista.
 - (C) não poderá contar com a política fiscal.
 - (D) terá eficácia com uma política monetária contracionista.
 - (E) terá sucesso se expandir os gastos públicos.
-
4. Em artigo recente na imprensa, o Economista André Lara Resende diz que a macroeconomia está em crise. Ao apontar os pilares de um novo paradigma, afirma que *Desde os anos 1990, sabe-se que os bancos centrais não controlam a quantidade de moeda, nenhum dos chamados 'agregados monetários', mas sim a taxa de juros. O principal instrumento de que dispõe o Banco Central para o controle da demanda agregada é a taxa básica de juros.* (Valor Econômico, 08/03/2019)
- É correto relacionar essa afirmação
- (A) à convicção do autor de que a inflação é resultado direto da quantidade de moeda em circulação na economia.
 - (B) à ideia de que a taxa básica de juros deveria ser utilizada para todos os contratos entre os agentes econômicos.
 - (C) ao insucesso do modelo de metas de inflação em diferentes países.
 - (D) aos obstáculos à emissão de moeda pelos bancos centrais, como consequência direta do avanço das criptomoedas eletrônicas.
 - (E) à ineficácia da prática de políticas monetárias quantitativistas.



5. Ao se decidir por uma política cambial, deve-se ter em conta que em um regime de câmbio fixo
- as reservas internacionais tornam-se irrelevantes para o sucesso da política.
 - a adoção do *crawling peg* contribui para a manutenção do câmbio real.
 - a responsabilidade pela manutenção da taxa de câmbio recai sobre os agentes econômicos privados.
 - os preços internacionais se tornam relevante fator de transmissão para a inflação interna.
 - as operações de câmbio são realizadas de forma centralizada, entre os bancos e o Banco Central.
-
6. Considere as seguintes afirmações a respeito da elasticidade-preço da demanda de um produto:
- A elasticidade será perfeita quando for igual a zero.
 - A demanda de um bem será mais inelástica se não houver substitutos no mercado.
 - A elasticidade no longo prazo pode diferir daquela vigente no curto prazo.
 - As alterações no ponto da curva de demanda não alteram a elasticidade-preço.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- I e II.
 - I, III e IV.
 - II e III.
 - I, II e IV.
 - III e IV.
-
7. Na análise de situações oligopolísticas,
- o modelo de Cournot trata de empresas que produzem bens heterogêneos.
 - o modelo de Bertrand considera a decisão de empresas concorrentes sobre o preço do produto.
 - no modelo de Stackelberg, as empresas tomam decisão simultânea sobre o nível de produção.
 - no modelo de Bertrand, uma empresa toma decisão antes das demais.
 - o modelo de Cournot não permite uma posição de equilíbrio, o que impede a existência de um equilíbrio de Nash.
-
8. Considere um programa de combate ao *aedes aegypti* em uma determinada região. Com base nos conceitos de bens públicos e privados, esse programa
- se beneficia da condição de não haver o efeito carona.
 - tem a característica de um bem rival.
 - tem sua efetividade dificultada, tendo em vista que a ele se aplica à condição de exclusividade.
 - tem como ser realizado na condição de um bem privado, por conter as características básicas deste.
 - é não rival e não exclusivo.
-
9. Um exemplo de problema ambiental é o resultado do lançamento de poluentes nos rios. Embora a mensuração do problema apresente desafios, segundo a teoria microeconômica
- se espera uma curva de custo marginal total para a sociedade igual ao custo marginal da empresa poluidora.
 - o custo marginal externo, representativo da externalidade negativa imposta externamente à empresa poluidora, é decrescente, se a empresa utilizar uma tecnologia de proporções fixas.
 - a aplicação de taxas não estimula a instalação de novas tecnologias, com o que não reduz a externalidade.
 - uma ação de eficácia questionável é a definição do direito de emissão de poluição em contexto de existência de muitos agentes prejudicados, tais como os proprietários de áreas que margeiam os rios poluídos.
 - a fixação de padrões de limites de poluição não se fará possível quando houver informações incompletas sobre os custos de redução da poluição.
-
10. As necessidades de financiamento do setor público, em fluxo acumulado no ano de 2018, apresentam os seguintes números, conforme publicação do Banco Central do Brasil (R\$ milhões):

Resultado Primário:	108.258
– Governo Central	116.167
– Governos Regionais	(-)3.492
– Empresas estatais	(-)4.417
Resultado Nominal:	487.442
– Governo Central	426.474
– Governo Federal	500.879
– Governos Regionais	59.389

Considerando os números publicados,

- os Governos regionais apresentaram necessidade de financiamento para juros nominais superior a R\$ 60.000 milhões.
- o Banco Central apresentou déficit nominal.
- as empresas estatais apresentaram superávit nominal.
- o Governo central não apresentou necessidade de financiamento para juros nominais.
- o valor total do fluxo de juros nominais superou o valor do resultado nominal.



11. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 e o Manual de Demonstrativo Fiscais, integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias o
- (A) Anexo de Riscos Fiscais que contém a reserva de contingência, cuja a forma de utilização e o montante, definido com base na receita arrecadada, serão estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.
 - (B) Demonstrativo das Metas Anuais que apresenta a apuração do resultado primário e do resultado nominal, por meio das metodologias acima da linha e abaixo da linha.
 - (C) Demonstrativo da Origem e da Aplicação dos Recursos que apresenta informações sobre as receitas de capital previstas com a alienação de ativos e a amortização de empréstimos.
 - (D) Anexo de Metas Fiscais que contém o Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita que identifica os tributos para os quais estão previstas renúncias.
 - (E) Demonstrativo da Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores que deve apresentar três tabelas correspondentes aos demonstrativos publicados bimestralmente no Relatório de Gestão Fiscal.

12. Em janeiro de 2019, uma determinada entidade pública arrecadou receitas no valor de R\$ 763.500,00 com **Valores Mobiliários** e no valor de R\$ 1.340.000,00 com **Exploração de Recursos Naturais**. Assim, de acordo com o Ementário da Receita, as receitas arrecadadas em janeiro de 2019 devem ser classificadas quanto à origem, respectivamente, como
- (A) Receita de Capital e Receita Corrente.
 - (B) Receita Corrente e Receita Corrente.
 - (C) Outras Receitas de Capital e Outras Receitas Correntes.
 - (D) Receita Patrimonial e Receita Agropecuária.
 - (E) Receita Patrimonial e Receita Patrimonial.

13. O quadro a seguir apresenta parte da classificação institucional de um determinado ente público estadual:

Órgão Orçamentário	Unidade Orçamentária
48.000 – Secretaria de Desenvolvimento Social	48.003 – Coordenadoria de Ação Social e Segurança Alimentar 48.004 – Coordenadoria de Assistência Domiciliar

Considere, ainda, que as unidades orçamentárias são também unidades gestoras.

A descentralização de créditos orçamentários da unidade orçamentária 48.003 para a 48.004 corresponde a

- (A) uma provisão, sendo que as classificações funcional e programática da unidade orçamentária detentora do crédito orçamentário devem ser mantidas quando for efetuada a movimentação de parte do orçamento.
 - (B) uma provisão, sendo que as classificações institucional e econômica da unidade orçamentária detentora do crédito orçamentário devem ser alteradas para as classificações da unidade orçamentária receptora do crédito orçamentário quando for efetuada a movimentação de parte do orçamento.
 - (C) um repasse, sendo que as classificações institucional, programática e econômica da unidade orçamentária detentora do crédito orçamentário devem ser mantidas quando for efetuada a movimentação de parte do orçamento.
 - (D) um repasse, sendo que as classificações funcional e programática da unidade orçamentária detentora do crédito orçamentário devem ser alteradas para as classificações da unidade orçamentária receptora do crédito orçamentário quando for efetuada a movimentação de parte do orçamento.
 - (E) um destaque, sendo que as classificações institucional e programática da unidade orçamentária detentora do crédito orçamentário devem ser alteradas para as classificações da unidade orçamentária receptora do crédito orçamentário quando for efetuada a movimentação de parte do orçamento.
14. Um determinado ente público estadual realizou, em novembro de 2018, a abertura de crédito adicional no valor de R\$ 15.500,00 para a contratação de mão de obra para a prestação de serviços de jardinagem, uma vez que a dotação orçamentária foi insuficiente. Assim, para a abertura do crédito adicional o referido ente público poderia ter utilizado como recurso de cobertura para a abertura do crédito adicional, desde que não comprometidos,
- (A) o superávit financeiro apurado em balanço financeiro de 31/10/2018, sendo que se entende por superávit financeiro a diferença positiva entre os ingressos e dispêndios, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
 - (B) o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de 31/12/2017, sendo que se entende por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
 - (C) o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de 31/10/2018, sendo que se entende por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
 - (D) os provenientes de excesso de arrecadação, sendo que se entende por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a receita corrente fixada e a realizada, deduzindo-se a importância dos créditos especiais abertos no exercício financeiro de 2018.
 - (E) os provenientes de excesso de arrecadação, sendo que se entende por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a receita corrente fixada e a realizada, deduzindo-se a importância dos créditos especiais e extraordinários abertos no exercício financeiro de 2018.



15. Um determinado ente público estadual definiu o valor de R\$ 8.830.000,00 para a Reserva de Contingência para o exercício financeiro de 2019. Assim, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o ente público estadual considerou no somatório das receitas que serviu de base para a definição do valor destinado à Reserva de Contingência as receitas
- (A) de serviços lançadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.
 - (B) de transferência de capital lançadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
 - (C) patrimoniais arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
 - (D) de operações de créditos arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.
 - (E) tributárias lançadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.
-
16. No que se refere às despesas obrigatórias de caráter continuado de um determinado ente público, a Lei Complementar nº 101/2000 determina que
- (A) se considera obrigatória de caráter continuado a despesa orçamentária destinada à construção de uma escola derivada de lei que fixe para o referido ente a obrigação legal de execução da despesa por um período de 12 meses.
 - (B) deve haver a comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados orçamentários e financeiros previstas no Orçamento Fiscal que integra a Lei Orçamentária Anual do referido ente.
 - (C) se considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de ato administrativo normativo que fixe para o referido ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
 - (D) deve haver a comprovação de que os efeitos financeiros da despesa criada ou aumentada serão compensados pelo aumento permanente da receita corrente líquida advindo da venda de bens móveis e imóveis do referido ente.
 - (E) deve haver a comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados orçamentários e financeiros previstas no Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei Orçamentária Anual do referido ente.
-
17. No que se refere aos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a Lei Complementar nº 101/2000 determina que o
- (A) Balanço Orçamentário integra o Relatório da Gestão Fiscal e deve especificar, por categoria econômica, as receitas por fonte, informando as fixadas e as realizadas.
 - (B) Demonstrativo da Despesa por Função/Subfunção tem por objetivo informar as despesas fixadas trimestralmente por um ente público estadual, apresentando-as em termos de classificação funcional e programática.
 - (C) Relatório de Gestão Fiscal de um ente público estadual referente ao último bimestre do exercício de 2018 deve ter sido acompanhado também de demonstrativos da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.
 - (D) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida integra o Relatório de Gestão Fiscal de um ente público estadual e deve ser publicado até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre.
 - (E) Relatório de Gestão Fiscal deve conter comparativo com os limites de que trata a referida Lei Complementar dos montantes referentes às dívidas consolidada e mobiliária.
-
18. As seguintes informações sobre as receitas de um determinado ente público estadual, referentes ao exercício financeiro de 2018, foram extraídas do seu sistema de contabilidade:
- Arrecadação de R\$ 8.850.000,00 referente ao valor principal de Impostos.
 - Arrecadação de R\$ 800.000,00 referente à Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado.
 - Obtenção de R\$ 650.000.000,00 referente às Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.
 - Obtenção de R\$ 500.000.000,00 referente às Operações de Crédito – Mercado Interno.
 - Arrecadação de R\$ 130.000,00 referente à Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença.
 - Arrecadação de R\$ 100.000,00 referente às Indenizações, Restituições e Ressarcimentos.
 - Alienação de Bens Imóveis, à vista, por R\$ 80.000,00, cujo resultado com a venda foi igual a zero.
 - Arrecadação de R\$ 50.000,00 referente ao valor de multas e juros de mora de Impostos.
 - Arrecadação de R\$ 20.000,00 referente a Serviços Administrativos e Comerciais Gerais.
- Com base nessas informações tomadas em conjunto, o valor da receita de capital arrecadada no exercício financeiro de 2018 pelo referido ente público estadual foi, em reais,
- (A) 500.880.000,00.
 - (B) 1.150.130.000,00.
 - (C) 1.150.080.000,00.
 - (D) 500.080.000,00.
 - (E) 1.150.880.000,00.

19. Segundo o princípio orçamentário
- (A) da unicidade, as receitas e despesas previstas para uma empresa estatal independente devem integrar um único documento legal, qual seja, a Lei Orçamentária Anual.
 - (B) da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual de um ente público estadual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
 - (C) do planejamento, as ações governamentais de um ente público estadual devem compreender a elaboração e a atualização da programação financeira e orçamentária e do orçamento de desempenho.
 - (D) da legalidade, um ente público estadual somente poderá alterar a alíquota de um determinado tributo se tal alteração estiver prevista na Lei Orçamentária Anual do referido ente.
 - (E) da coordenação, os órgãos que operam na mesma área geográfica serão submetidos à coordenação com o objetivo de assegurar a execução integrada dos programas que constam na Lei Orçamentária Anual.
-
20. O orçamento-programa de um determinado ente público estadual
- (A) realiza a alocação de recursos visando a consecução de objetivos e metas e utiliza como principal critério de classificação da despesa a funcional-programática.
 - (B) visa avaliar a economicidade das ações governamentais bem como a legalidade no cumprimento do orçamento.
 - (C) apresenta as despesas públicas que devem ser executadas por função, subfunção e elemento de despesa, sendo que a estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis e de gestão.
 - (D) impõe ao poder executivo a obrigatoriedade de investir em programas não discriminados como prioritários no Plano Plurianual pelo referido poder, sendo uma forma de implementação de políticas públicas regionalizadas.
 - (E) incorpora a população ao processo decisório da elaboração orçamentária, sendo que a alocação de recursos visa à aquisição de meios.

Auditoria

21. Conforme estabelece a NBC TA 530, "o objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é o de proporcionar uma base razoável para o auditor concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada". A adoção do critério de amostragem pressupõe, por parte do auditor, a definição da amostra, a determinação do seu tamanho e a seleção dos itens para teste. De acordo com a referida NBC,
- (A) o auditor deve selecionar itens para a amostragem de forma que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.
 - (B) ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve flexibilizar a finalidade do procedimento de auditoria bem como relevar as características negativas da população da qual será retirada a amostra.
 - (C) cabe à entidade a ser auditada definir o tamanho da amostra, tendo por base os motivos que determinaram a realização da auditoria.
 - (D) o auditor e a administração da entidade devem selecionar, conjuntamente, itens para a amostragem de forma que cada unidade de amostragem da população tenha uma maior ou menor chance de ser selecionada.
 - (E) norteado pelos princípios da neutralidade e da imparcialidade, o auditor, ao definir uma amostra de auditoria, deve relativizar a finalidade do procedimento de auditoria de modo a suavizar eventuais resultados indesejados.
-
22. Os denominados papéis de trabalho constituem elementos de grande importância na realização de uma auditoria. De acordo com a NBC TI 01, os papéis de trabalho
- (A) são documentos também conhecidos como papéis de histórico, pois constituem a síntese da evolução histórica da entidade a ser auditada, sob a óptica das diversas auditorias realizadas, podendo abranger intervalos de tempo diversificados, a serem determinados por critérios preestabelecidos pelo auditor, como, por exemplo, um período decadencial tributário.
 - (B) são documentos obtidos necessariamente em meio físico e se relacionam especificamente com o aspecto da auditoria atinente às relações de trabalho em sentido amplo, tais como a análise do custo horário de um empregado da empresa e das despesas de natureza previdenciária.
 - (C) representam o conjunto de documentos e informações de uma empresa, obtidos, analisados e compilados antes do início da auditoria, organizados materialmente na forma de dossiê, em meio físico, eletrônico ou misto, com a finalidade de servir como orientação para a realização dos trabalhos de auditoria.
 - (D) constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, são obtidos no curso da auditoria, têm por finalidade evidenciar os exames realizados e dar suporte a opiniões, críticas, sugestões e recomendações do auditor.
 - (E) são documentos por meio dos quais o auditor prepara o trabalho a ser executado durante a auditoria, contemplando orientações e roteiros a serem desenvolvidos.



23. O relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade. De acordo com a NBC TI 01, o relatório da Auditoria Interna deve abordar vários aspectos.
- Dentre os aspectos de abordagem necessária estão
- (A) as conclusões e as recomendações resultantes dos fatos constatados, o montante das receitas não realizadas no período, por incúria da entidade auditada, e os instrumentos administrativos e judiciais utilizáveis para cancelamento de créditos tributários indevidos.
 - (B) os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão, a metodologia utilizada para projeção de prejuízo em um período de até três anos e o montante das despesas evitáveis efetuadas no período em decorrência de má gestão.
 - (C) o histórico dos trabalhos de auditoria realizados pelos auditores envolvidos nos trabalhos, a metodologia utilizada para projeção de prejuízo em um período de até cinco anos e eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria.
 - (D) a descrição dos fatos constatados, as evidências encontradas e o nível de diplomação e experiência dos auditores vinculados aos trabalhos.
 - (E) o objetivo e a extensão dos trabalhos, a metodologia adotada e os riscos associados aos fatos constatados.
-
24. O planejamento da Auditoria Interna é essencial para a boa realização dos trabalhos relativos a ela. De acordo com a NBC TI 01, esse planejamento
- (A) deve ser documentado apenas nos seus aspectos estritamente essenciais e os programas de trabalho preparados informalmente, sem quaisquer detalhamentos ou pormenorizações, para evitar o engessamento do seu desenvolvimento e as mudanças de roteiro que se fizerem necessárias.
 - (B) não deve ser realizado, ou deve ser sumariamente interrompido, quando o resultado de análises preliminares seguras projetarem a possível ocorrência de prejuízo financeiro nos três exercícios subsequentes àquele em que o planejamento estiver sendo realizado ou estiver em vias de o ser.
 - (C) deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos, tais como o uso do trabalho de especialistas e o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados.
 - (D) deve ser feito, obrigatoriamente, por auditores diversos daqueles a quem cabe a execução do referido trabalho, para evitar que essa execução seja influenciada pelas diretrizes do planejamento, impedindo que os trabalhos sejam reorientados, sempre que isso for necessário.
 - (E) não pode demandar mais de 10% do tempo estimado para a realização desses trabalhos.
-
25. Quando um auditor toma a quantidade de unidades de amostragem na população e a divide pelo tamanho da amostra, para obter um intervalo de amostragem, equivalente a 20, por exemplo, e, após determinar um ponto de início dentro das primeiras 20 unidades, toda 20ª unidade de amostragem seguinte é selecionada, estamos diante de um método específico de seleção de amostra. De acordo com a NBC TA 530, este método de seleção de amostra é denominado seleção
- (A) ao acaso.
 - (B) de periodicidade variável randômica.
 - (C) de bloco.
 - (D) aleatória.
 - (E) sistemática.
-
26. A NBC TA 620 trata da responsabilidade do auditor em relação ao trabalho de pessoa (pessoa natural) ou de organização (pessoa jurídica) em área de especialização que não a contabilidade ou auditoria, quando esse trabalho é utilizado para ajudar o auditor a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. Nesse sentido, o auditor deve avaliar se o especialista por ele contratado possui competência, habilidades e objetividade necessárias para fins da auditoria, pois esses fatores são relevantes para determinar se o trabalho do especialista do auditor será adequado aos fins da auditoria. De acordo com a referida NBC,
- (A) a objetividade refere-se à capacidade do especialista de transmitir informações, dados e conclusões, de maneira clara e sintética, e de modo plenamente compreensível pelo auditor.
 - (B) a competência refere-se à capacidade do especialista de exercer sua missão nas diversas circunstâncias do trabalho.
 - (C) a objetividade refere-se aos possíveis efeitos que a tendenciosidade, o conflito de interesse ou a influência de outros podem ter sobre o julgamento profissional ou comercial do especialista.
 - (D) as habilidades referem-se à natureza e ao nível de especialização do especialista.
 - (E) a competência pode ser influenciada por certos fatores, tais como a localização geográfica e a disponibilidade de tempo.

27. De acordo com a NBC TA 200 R1, as evidências de auditoria
- (A) constituem um grupo de informações, dados e fatos, de cunho público e notório, cujo conhecimento, em princípio, é compartilhado pela comunidade que interage com a entidade auditada e que, por isso mesmo, dispensa referência e juntada de suporte documental próprio.
 - (B) são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar as conclusões em que se baseia a sua opinião, sendo que as informações contidas nos registros contábeis subjacentes às demonstrações contábeis estão incluídas nas evidências de auditoria.
 - (C) representam um grupo de informações, dados e fatos de conhecimento público e obrigatório por todas as pessoas, naturais ou jurídicas, que interagem com a entidade auditada e que, por isso mesmo, dispensa a juntada de suporte documental próprio, mas não a devida referência, quando for o caso.
 - (D) são todos os elementos, materiais e imateriais, que não precisam ser juntados ao relatório de auditoria, em razão de sua existência, veracidade de conteúdo e confiabilidade terem ficado evidenciadas nos papéis de trabalho apresentados e compilados.
 - (E) são todas as informações, dados e fatos evidentes, isto é, elementos que falam por si mesmos, e que não suscitam qualquer tipo de controvérsia.
-
28. De acordo com a normatização contemplada na NBC TI 01, a auditoria interna é exercida
- (A) nas pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo, bem como nas de direito privado.
 - (B) nas sociedades anônimas com ações em Bolsa de Valores, mas não naquelas de capital fechado, exceto quando apresentar prejuízo em seus balanços, durante três anos consecutivos.
 - (C) nas pessoas jurídicas de direito público interno, mas não na de direito privado.
 - (D) nos órgãos da administração pública direta, mas não nas fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
 - (E) nas pessoas jurídicas de direito privado, mas não nas de direito público externo.
-
29. A avaliação do resultado de uma amostragem em auditoria é um procedimento essencial a ser realizado pelo auditor. De acordo com a NBC TA 530,
- (A) o auditor deve avaliar se o uso de amostragem de auditoria forneceu uma base razoável para conclusões sobre a população que foi testada ou, se preferir, pode transferir este ônus para uma auditoria interna paralela, promovida pela entidade auditada, que deverá efetuar essa avaliação em prazo contratualmente estabelecido.
 - (B) caso o auditor conclua que a amostragem de auditoria não forneceu uma base razoável para conclusões sobre a população que foi testada, ele deve comunicar esse fato à administração da entidade auditada, para que ela determine, em prazo contratualmente previsto, os procedimentos substitutivos a serem adotados, se assim o desejar.
 - (C) a entidade auditada, por meio de auditoria interna paralela realizada às suas próprias expensas, deve avaliar os resultados da amostra, em prazo contratualmente estabelecido, antes de autorizar o prosseguimento aos demais trabalhos de auditoria.
 - (D) caso o auditor conclua que a amostragem de auditoria não forneceu uma base razoável para conclusões sobre a população que foi testada, ele pode solicitar que a administração investigue as distorções identificadas e o potencial para distorções adicionais, e faça quaisquer ajustes necessários.
 - (E) caso o auditor conclua que a amostragem de auditoria não forneceu uma base razoável para conclusões sobre a população que foi testada, ele deve abandonar a utilização do critério de amostragem imediatamente.
-
30. De acordo com a NBC TA 230 (R1), a documentação de auditoria, também conhecida como papéis de trabalho,
- I. permite a condução de inspeções externas em conformidade com as exigências legais, regulamentares e outras exigências aplicáveis.
 - II. fornece evidência da base do auditor para uma conclusão quanto ao cumprimento do objetivo global do auditor.
 - III. permite que a equipe de trabalho possa ser exonerada de responsabilidade por seu trabalho, quando as conclusões apresentadas tiverem tido a participação de mais de um especialista do auditor.
 - IV. fornece evidência de que a auditoria foi planejada e executada em conformidade com as normas de auditoria e exigências legais e regulamentares aplicáveis.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) I, III e IV.

**Matemática Financeira**

31. Uma empresa obteve um financiamento para ser liquidado em cinco parcelas anuais de mesmo valor, com a primeira parcela vencendo um ano após a data da obtenção do financiamento, e as demais parcelas a cada ano considerando a mesma data inicial. O valor de cada parcela é R\$ 10.000,00 e a empresa pagou normalmente as três primeiras parcelas. Na data do vencimento da quarta parcela, a empresa optou por liquidar integralmente o financiamento. Se a taxa de juros compostos negociada para o empréstimo era 10% ao ano, o valor que a empresa desembolsou para liquidar integralmente o financiamento na data de vencimento da quarta parcela foi, arredondando o valor para um número inteiro, em reais,
- (A) 19.091.
(B) 19.000.
(C) 20.000.
(D) 17.355.
(E) 18.182.
-
32. Uma empresa obteve um empréstimo de R\$ 1.000.000,00 para ser liquidado em quatro parcelas anuais, sendo obrigatório o pagamento de juros e principal em cada parcela. A taxa de juros compostos negociada foi 10% ao ano e foi adotado o sistema de amortização constante (SAC). O saldo devedor remanescente do empréstimo no final do segundo ano, após o pagamento da segunda parcela, era, em reais,
- (A) 685.000,00.
(B) 800.000,00.
(C) 500.000,00.
(D) 700.000,00.
(E) 710.000,00.
-
33. Quando faltavam três meses para o recebimento de um título, cujo valor nominal era R\$ 100.000,00, uma empresa realizou um desconto em uma instituição financeira. A taxa de desconto comercial (desconto simples) oferecida pela instituição financeira foi 4% ao mês e a empresa pagou, adicionalmente, R\$ 4.000,00 de despesas de contrato na data do desconto. O valor da taxa efetiva de juros compostos paga pela empresa na operação realizada foi, em percentual ao trimestre,
- (A) 12,00.
(B) 12,49.
(C) 13,64.
(D) 19,05.
(E) 18,18.
-
34. Uma loja de produtos eletrodomésticos anuncia duas condições para a compra de determinado produto:
- Compra com pagamento à vista no valor de R\$ 1.900,00;
 - Compra a prazo, sendo uma entrada no valor de R\$ 500,00 e o pagamento de uma parcela adicional no valor de R\$ 1.484,00 após 2 meses da data da compra.
- Se a empresa utiliza o regime de capitalização simples, a taxa de juros simples, em percentual ao mês, que cobra na venda a prazo é
- (A) 1,06%.
(B) 3,00%.
(C) 2,21%.
(D) 0,53%.
(E) 6,00%.
-
35. Uma empresa tem uma dívida para cumprir que é composta das seguintes parcelas:
- Parcela de R\$ 5.000,00 que vence na data de hoje;
 - Parcela de R\$ 8.000,00 que vence de hoje a um mês.
- A empresa está com problemas no seu fluxo de caixa e deseja renegociar o pagamento da dívida, propondo ao credor a seguinte forma de pagamento:
- Pagar uma parcela de R\$ 2.000,00 na data de hoje;
 - Liquidar o saldo remanescente da dívida em uma única parcela que será paga de hoje a três meses.
- Se a taxa de juros compostos cobrada pelo credor é 3% ao mês, o valor da parcela a ser paga no final de três meses, desprezando-se os centavos, será, em reais,
- (A) 12.020.
(B) 11.990.
(C) 11.736.
(D) 11.000.
(E) 11.765.

**Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

36. De acordo com a NBC TSP 04, em um determinado ente público estadual, o estoque de
- (A) serviços em andamento proporcionados por valor irrisório diretamente cobrado do beneficiário deve ser mensurado pelo valor de custo ou pelo valor justo, dos dois o maior.
 - (B) livros mantido para distribuição gratuita aos alunos de uma escola pública estadual deve ser mensurado pelo valor justo que é específico para o referido ente.
 - (C) livros adquirido por meio de transação sem contraprestação de uma entidade privada deve ser mensurado pelo valor justo na data do recebimento do ativo pelo referido ente.
 - (D) material de consumo adquirido a prazo pelo referido ente deve incluir no seu custo o preço de compra, os custos de transporte, as despesas com comercialização, bem como os juros da operação, caso existentes.
 - (E) peças de reposição para os equipamentos utilizados em um hospital estadual adquirido pelo referido ente deve ser mensurado pelo custo de liberação na data da entrega do ativo pelo fornecedor.
-
37. No que se refere às demonstrações contábeis de uma determinada entidade pública, a NBC TSP 11 determina que
- (A) o Balanço Financeiro deve apresentar Ativos Circulantes e não Circulantes e Passivos Circulantes e não Circulantes como classes de contas.
 - (B) o prédio mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado deve ser classificado como Ativo não Circulante no grupo Investimento Mantido para Venda.
 - (C) as contas comerciais a pagar que se espera que sejam exigidas durante o ciclo operacional normal da referida entidade devem ser classificadas no subgrupo Passivo não Circulante.
 - (D) a Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício financeiro de 2018, em conjunto com a informação comparativa relativa ao exercício financeiro de 2017, corresponde a uma informação mínima que deve ser apresentada pela referida entidade.
 - (E) a análise das despesas na Demonstração do Resultado deve utilizar o detalhamento baseado na sua natureza ou na sua função dentro da referida entidade, sendo que o primeiro deve possuir o mesmo significado dos termos utilizados no orçamento público da entidade.
-
38. Os dados a seguir foram extraídos das demonstrações contábeis de uma determinada entidade pública estadual e são referentes ao exercício financeiro de 2018, valores em reais:
- | | |
|---|---------------|
| Previsão Atualizada da Receita Orçamentária | 99.500.000,00 |
| Receita Orçamentária Arrecadada | 90.000.000,00 |
| Dotação Atualizada da Despesa Orçamentária | 98.500.000,00 |
| Despesa Orçamentária Empenhada | 89.500.000,00 |
| Transferências Financeiras Recebidas | 50.000.000,00 |
| Transferências Financeiras Concedidas | 10.000.000,00 |
| Devolução de Depósito Caução | 550.000,00 |
| Pagamento de Restos a Pagar | 1.050.000,00 |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados em 31/12/2018 | 5.000.000,00 |
| Reconhecimento de Ganhos com Alienação de Imobilizado | 5.000,00 |
- Com base nesses dados, o resultado financeiro evidenciado no balanço financeiro referente ao ano de 2018 foi positivo, em reais,
- (A) 44.450.000,00.
 - (B) 44.400.000,00.
 - (C) 44.950.000,00.
 - (D) 43.905.000,00.
 - (E) 43.900.000,00.



Atenção: Para responder às questões 39 e 40, considere as informações a seguir:

Considere as seguintes transações ocorridas no mês de agosto de 2018 em uma determinada entidade pública estadual:

- Arrecadação de receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria no valor de R\$ 9.550.000,00. Tal receita foi lançada em julho de 2018.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 2.100.000,00 referente a agosto de 2018.
- Lançamento de receita de Contribuições no valor de R\$ 1.500.000,00. Tal receita foi arrecadada em setembro de 2018.
- Reconhecimento da depreciação mensal dos bens móveis e imóveis no valor de R\$ 90.000,00.
- Empenho de despesa no valor de R\$ 85.000,00 referente à aquisição de um veículo novo. A entrega do veículo pelo fornecedor e a liquidação da despesa, pelo valor total do empenho, ocorreram em setembro de 2018. Tal despesa foi paga em janeiro de 2019 pelo valor total do empenho.
- Lançamento e arrecadação de Receita Patrimonial no valor de R\$ 79.000,00.
- Empenho de despesa no valor de R\$ 28.500,00 referente à aquisição de material de limpeza. A entrega do material pelo fornecedor e a liquidação e o pagamento da despesa, pelo valor total do empenho, ocorreram em setembro de 2018, mês em que todo o material adquirido foi utilizado pela entidade pública.
- Liquidação de despesa corrente no valor de R\$ 3.300,00 referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. A despesa liquidada se refere ao serviço prestado, no mês de agosto de 2018, para a pintura das paredes internas da referida entidade, cuja nota de empenho foi emitida em junho de 2018. Tal despesa foi paga, pelo valor total do empenho de R\$ 3.300,00, em dezembro de 2018.
- Pagamento a fornecedores no valor de R\$ 1.400,00 referente a despesas com a aquisição de extintores de incêndio, cujo empenho e liquidação ocorreram em março de 2018.
- Utilização de plaquetas de alumínio para identificação de patrimônio no valor de R\$ 1.100,00. As plaquetas estavam em estoque no início do mês de agosto de 2018 e se referem a despesa corrente paga em fevereiro de 2018.

39. Com base nessas transações tomadas em conjunto e de acordo com o regime de competência, o impacto no ativo total no mês de agosto de 2018 foi

- (A) uma redução de R\$ 522.400,00.
- (B) uma redução de R\$ 613.500,00.
- (C) um aumento de R\$ 7.436.500,00.
- (D) uma redução de R\$ 635.900,00.
- (E) um aumento de R\$ 7.414.100,00.

40. Com base nessas transações tomadas em conjunto, o impacto no resultado patrimonial no mês de agosto de 2018 foi

- (A) um aumento de R\$ 7.434.600,00.
- (B) uma redução de R\$ 615.400,00.
- (C) uma redução de R\$ 612.400,00.
- (D) uma redução de R\$ 634.500,00.
- (E) um aumento de R\$ 7.415.500,00.

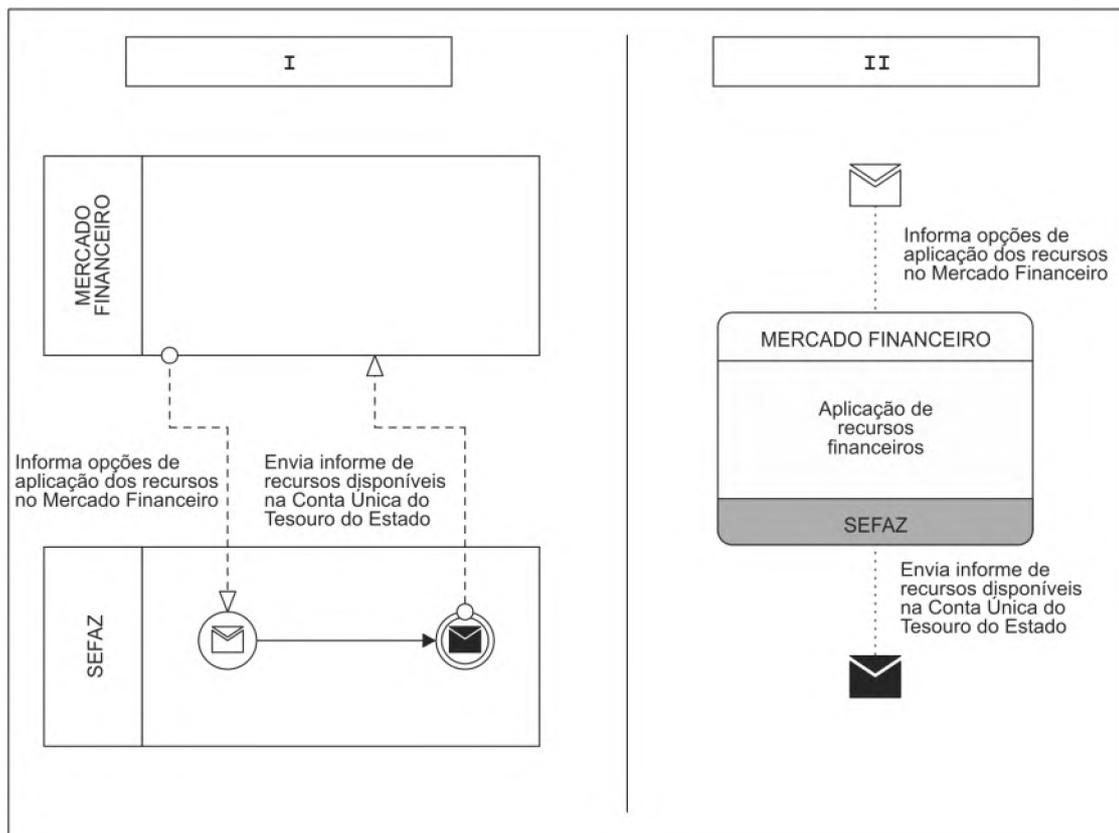


41. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Balanço Orçamentário de um determinado ente público será elaborado utilizando-se, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público,
- (A) o grupo 2 das classes 5 e 6.
 - (B) os grupos 1 e 2 das classes 7 e 8.
 - (C) o grupo 1 das classes 3 e 4.
 - (D) o grupo 1 das classes 5 e 7.
 - (E) os grupos 1 e 2 das classes 6 e 8.
-
42. De acordo com a NBC TSP 07, o valor residual do ativo é o
- (A) valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter com o uso contínuo do ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou incorrer para a liquidação do passivo.
 - (B) montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.
 - (C) montante estimado que a entidade obterá com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade, a condição e o tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil.
 - (D) valor que pode ser obtido pela venda do ativo em transação sem favorecimentos entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas de venda.
 - (E) montante pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.
-
43. De acordo com a NBC TSP 02, uma transação com contraprestação é aquela em que um ente público recebe
- (A) valor de terceiro sem diretamente entregar em troca valor aproximadamente igual, como é a aquisição de um terreno por valor irrisório para a construção de uma praça.
 - (B) valor de terceiro sem diretamente entregar em troca valor aproximadamente igual, como é a taxa cobrada da população pela coleta do lixo.
 - (C) ativos ou serviços, ou tem passivos extintos, e diretamente entrega em troca um valor aproximadamente equivalente a outra parte, como são as receitas tributárias decorrentes do poder soberano do referido ente.
 - (D) ativos ou serviços, ou tem passivos extintos, e diretamente entrega em troca um valor aproximadamente equivalente a outra parte, como é a taxa cobrada da população pela prestação de serviços de educação por valor irrisório.
 - (E) ativos ou serviços, ou tem passivos extintos, e diretamente entrega em troca um valor aproximadamente equivalente a outra parte, como é a receita de aluguel de itens do ativo imobilizado praticados a valor de mercado.
-
44. De acordo com a NBC TSP 08, um *software* que é parte integrante de um *hardware*, sendo este o elemento mais significativo, deve ser tratado como
- (A) variação patrimonial aumentativa.
 - (B) ativo intangível com vida útil definida.
 - (C) ativo intangível com vida útil indefinida.
 - (D) ativo imobilizado.
 - (E) ativo diferido.
-
45. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, para o registro da variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de estoques, quanto à natureza da informação
- (A) patrimonial, uma entidade pública deve debitar uma conta do grupo Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.
 - (B) de resultado, uma entidade pública deve debitar uma conta do grupo Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.
 - (C) patrimonial, uma entidade pública deve debitar uma conta do subgrupo Ativo Circulante.
 - (D) orçamentária, uma entidade pública deve creditar uma conta do grupo Execução do Orçamento.
 - (E) de resultado, uma entidade pública deve debitar uma conta do grupo Variação Patrimonial Diminutiva.



Noções de Informática

46. Um Auditor Fiscal estava trabalhando no processo Estimar Custos em um projeto com base nas melhores práticas do PMBOK 5ª edição. Era necessário fazer a estimativa de um grande pacote de trabalho que envolvia créditos tributários. Para isso, o Auditor utilizou um método que usa uma relação estatística entre dados históricos relevantes e outras variáveis, para calcular a estimativa de custos para o pacote, conseguindo produzir altos níveis de precisão dependendo da sofisticação e dos dados básicos colocados no modelo. O método utilizado pelo Auditor denomina-se
- (A) estimativa análoga.
- (B) estimativas de três pontos por distribuição triangular.
- (C) estimativa paramétrica.
- (D) estimativa *bottom-up*.
- (E) estimativas de três pontos por distribuição beta.
-
47. Os diagramas a seguir utilizam a modelagem em BPMN 2.0.



Um Auditor Fiscal afirma corretamente que o diagrama

- (A) **I** traz elementos característicos de um diagrama de coreografia, como participantes, atividades, mensagens e eventos.
- (B) **I** apresenta cada atividade como um *pool* por ser um diagrama de coreografia; já as *lanes* não são representadas no diagrama **II**, no qual os elementos que fazem parte das atividades de orquestração correspondem aos *pools* de diagramas do tipo **I**.
- (C) **II** é o diagrama mais conhecido e utilizado pela maioria das ferramentas de modelagem e define o fluxo das orquestrações dos eventos de uma organização. Em contraste, **I** define como os processos interagem uns com os outros.
- (D) **II** focaliza a forma como os participantes trocam mensagens, demonstrando a comunicação entre eles, e trazendo a representação do processo e suas interações. A coreografia mostra o comportamento esperado entre os participantes e o contrato de negócio de interação entre eles.
- (E) **II** apresenta dois eventos que correspondem à SEFAZ e ao MERCADO FINANCEIRO, sendo que o evento que inicia a troca de mensagens (parte ativa) é representado pelo fundo branco, e o que recebe o comunicado (parte passiva) está representado com o fundo preenchido (em cinza).

48. A análise SWOT torna-se uma ferramenta estratégica quando se realiza o cruzamento que verifica a influência que as forças e fraquezas possuem sobre as oportunidades e as ameaças, e, a partir daí, são definidos os planos de ação. Podem ser realizadas quatro estratégias, dentre as quais se encontram:
- I. Pontos Fracos × Ameaças (WT): ocorre quando a organização se encontra no cenário mais crítico e pessimista. Tem como finalidade minimizar perdas e impactos negativos que as fraquezas e ameaças podem causar, buscando diminuir as chances de uma fraqueza se tornar, na realidade, uma ameaça.
 - II. Pontos Fortes × Ameaças (ST): utiliza o ponto forte para diminuir a probabilidade de uma ameaça identificada acontecer na organização. É uma estratégia que tende a buscar uma posição de conforto para a organização, pois busca diminuir a força de uma ameaça externa.
- I e II referem-se, correta e respectivamente, às estratégias
- (A) de reforço e ofensiva.
 - (B) de defesa e de reforço.
 - (C) ofensiva e de reforço.
 - (D) de confronto e de defesa.
 - (E) de defesa e de confronto.
-
49. Suponha que um Auditor Fiscal tenha participado da elaboração do mapa estratégico da SEFAZ-BA, de acordo com o BSC. Como resultados do trabalho foram listados os indicadores a seguir:
- I. Índice de investimentos – Índice de liquidez do tesouro – Índice de evolução da base tributária – Índice de endividamento.
 - II. Percentual de ocorrência de riscos não mitigados – Índice de cumprimento dos requisitos de qualidade.
- Os indicadores agrupados em
- (A) II correspondem à perspectiva dos Processos Internos, podendo se referir a objetivos como: elevar a eficácia na gestão de riscos, fornecer soluções de alta qualidade que atendam às necessidades dos cidadãos-usuários, e desenvolver serviços e produtos inovadores com alto valor agregado.
 - (B) I e em II se referem à perspectiva dos Processos Internos, podendo utilizar objetivos como: disponibilizar capital informacional para suportar a estratégia organizacional, assegurar o suporte necessário para aperfeiçoamento e continuidade dos serviços públicos, e obter e empregar capital intelectual de alto nível.
 - (C) I e em II envolvem três das quatro perspectivas do BSC, não contemplando a perspectiva Financeira, uma vez que se trata de uma organização pública e sem fins lucrativos.
 - (D) I correspondem à perspectiva do Aprendizado e Crescimento, podendo utilizar objetivos como: promover a sustentabilidade econômico-financeira do gasto público, e fornecer soluções de alta qualidade que atendam às necessidades dos cidadãos-usuários.
 - (E) I correspondem à perspectiva dos Clientes e em II correspondem à perspectiva do Aprendizado e Crescimento, cujos objetivos utilizados nessas dimensões incluem, respectivamente: estimular o cumprimento voluntário da obrigação tributária, e aumentar a satisfação dos cidadãos-usuários pela entrega de valor público.
-
50. Nos sistemas transacionais, os dados sofrem diversas alterações como inclusão, alteração e exclusão. Antes de serem carregados no ambiente de um *Data Warehouse*, os dados são filtrados e limpos, de forma a gerarem informação útil. Após esta etapa, esses dados
- (A) ficam disponíveis para a mineração em tempo real, pois tais dados são constantemente atualizados a partir da chave de tempo que indica o dia em que foram extraídos dos sistemas transacionais.
 - (B) podem sofrer operações de consulta, mas, devido a sua não volatilidade, não podem ser alterados, não havendo necessidade de bloqueio por concorrência de usuários ao seu acesso.
 - (C) são reunidos a partir de diversas fontes de dados, o que facilita muito o trabalho do analista, embora este tenha que lidar com a grande redundância das informações.
 - (D) ficam ordenados pela data da extração do sistema transacional, sendo necessárias técnicas de *data mining* para fazer a sua recuperação orientada por assunto.
 - (E) são classificados somente pelo assunto principal de interesse da organização. Por exemplo, em uma organização de arrecadação de impostos, os dados são organizados pelo cadastro de contribuintes que possuem impostos a recolher.



51. Para buscar na tabela `Contribuintes` todos os nomes de contribuintes (campo `nomeContribuinte`) que terminam com a letra `s`, um Auditor utilizou corretamente a instrução SQL
- (A) `SEARCH * FROM Contribuintes WHERE nomeContribuinte LIKE '%s';`
 - (B) `SELECT nomeContribuinte FROM Contribuintes WHERE nomeContribuinte LIKE '*s';`
 - (C) `SELECT * FROM Contribuintes WHERE nomeContribuinte FINISHED BY '%s';`
 - (D) `SEARCH nomeContribuinte FROM Contribuintes WHERE nomeContribuinte FINISHED BY 's';`
 - (E) `SELECT * FROM Contribuintes WHERE nomeContribuinte LIKE '%s';`

52. Solicitou-se a um Auditor analisar os endereços IP listados abaixo.

Sufixo DNS específico de conexão:

```
Endereço IPv6 ..... : 2804:14c:122:86k6::1008
Endereço IPv6 ..... : 2804:14c:122:86b6:9d9d:91c0:a266:c8b8
Endereço IPv6 Temporário..... : 2804:14c:122:86b6:6157:ba6e:cb64:37e2
Endereço IPv6 de link local ..... : fe80::9d9d:91c0:a266:c8b8%7
Endereço IPv4..... : 192.168.0.21
Máscara de Sub-rede ..... : 255.255.255.0
Gateway Padrão..... : fe80::ea20:e2ff:fe0f:c832%7
```

Ele concluiu corretamente que o endereço

- (A) `192.168.0.21` está incorreto, pois um endereço IPv4 precisa ter sempre 3 algarismos separados por pontos.
 - (B) `255.255.255.0` está incorreto, pois os valores do endereço IPv4 não podem passar de 192.
 - (C) `2804:14c:122:86k6::1008` está incorreto, pois as letras possíveis em um endereço IPv6 vão de `a` até `f`.
 - (D) `2804:14c:122:86b6:6157:ba6e:cb64:37e2` está incorreto, pois um endereço IPv6 deve iniciar por 2019, que é o ano atual.
 - (E) `fe80::9d9d:91c0:a266:c8b8%7` está incorreto, pois possui o sinal dois-pontos duplicado.
53. Um Auditor recebeu uma mensagem de *e-mail*, aparentemente de seu banco, com um *link* para verificar a existência de uma dívida de cartão de crédito não paga. Preocupado com a situação, clicou no *link* e forneceu os dados de seu cartão de crédito para pagar a suposta conta. Dias depois percebeu na fatura do seu cartão que foram feitas diversas compras *online* em sites de comércio eletrônico na Internet. A situação descrita permite concluir que esse Auditor foi vítima de
- (A) *rot*.
 - (B) *backdoor*.
 - (C) *worm*.
 - (D) *phishing*.
 - (E) *ransomware*.

54. Um profissional da área administrativa de certa instituição recebeu um Analista de Sistemas que estava fazendo o levantamento de requisitos para a construção de um novo *software*. Ao informar ao Analista um requisito não funcional para seu departamento, o profissional corretamente disse que
- (A) a resposta a uma consulta de dados deveria durar no máximo dois segundos para não atrasar seu trabalho.
 - (B) o sistema deveria permitir a alteração de dados incluídos de forma equivocada.
 - (C) o acesso ao sistema deveria ser por meio de uma senha composta por letras e números e não apenas por números.
 - (D) o sistema deveria permitir a exclusão de registros de pessoas que deixaram de ser clientes da instituição.
 - (E) o sistema, após consultar os dados de um cliente, deveria permitir a impressão dos dados.

55. Os *web services* são componentes de *software* na *web* que podem fornecer determinados serviços a aplicações criadas em diferentes linguagens. Podem usar o protocolo SOAP para transferência de mensagens em formato XML. Para descrever a estrutura destas mensagens geralmente utiliza-se
- (A) REST.
 - (B) WSDL.
 - (C) CORBA.
 - (D) RESTFUL.
 - (E) HTML.

PROVA III

PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conforme Edital publicado, Capítulo 11: 11.4 A Prova III – Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos, de caráter habilitatório e classificatório, consistirá de uma questão dissertativa/discursiva relacionada ao conteúdo programático de Conhecimentos Específicos do cargo/área de atuação constantes do Anexo II desse Edital. 11.6 A Prova III – Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos será avaliada em conformidade com os seguintes critérios: o domínio técnico do conteúdo aplicado, considerando as especificidades da questão proposta, a correção gramatical e a adequação vocabular, tendo em vista os mecanismos básicos de constituição do vernáculo e os procedimentos de coesão e argumentação. 11.7 Será atribuída nota zero à Prova III – Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos que: a) apresentar abordagem incorreta do conteúdo solicitado; b) apresentar textos na forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.8 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova III – Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos, serão consideradas as normas ortográficas promulgadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008. 11.9 Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.10 A Prova III – Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos será avaliada em uma escala de 0 (zero) a 40,00 (quarenta) pontos. 11.11 Será considerado habilitado na Prova III – Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos o candidato que obtiver nota igual ou superior a 24,00 (vinte e quatro) pontos.

QUESTÃO 01

Considere as seguintes informações sobre receitas orçamentárias e despesas orçamentárias de um determinado ente público estadual referentes ao exercício financeiro de 2018, valores em reais:

Receita Orçamentária	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
Alienação de Bens	2.100.000,00	2.100.000,00	1.200.000,00
Contribuições	41.700.000,00	41.700.000,00	43.000.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	150.000.000,00	150.000.000,00	140.000.000,00
Operações de Crédito	7.500.000,00	7.500.000,00	5.000.000,00
Outras Receitas Correntes	4.000.000,00	4.000.000,00	7.500.000,00
Receita de Serviços	12.000.000,00	12.000.000,00	12.800.000,00
Transferências Correntes	17.000.000,00	17.000.000,00	17.100.000,00
Transferências de Capital	900.000,00	900.000,00	700.000,00

Despesa Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
30 – Material de Consumo	3.900.000,00	3.900.000,00	3.900.000,00	3.800.000,00	3.500.000,00
35 – Serviços de Consultoria	500.000,00	500.000,00	495.000,00	480.000,00	475.000,00
36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.900.000,00	1.940.000,00	1.940.000,00	1.830.000,00	1.822.000,00
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	800.000,00	800.000,00	780.000,00	760.000,00	500.000,00
51 – Obras e Instalações	2.600.000,00	2.600.000,00	2.549.000,00	2.430.000,00	2.310.000,00
61 – Aquisições de Imóveis	1.590.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	1.560.000,00	1.480.000,00

Informações adicionais referentes ao exercício financeiro de 2018:

- Parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional: R\$ 10.000.000,00
- Contribuição dos servidores estaduais para o custeio do seu sistema de Previdência e Assistência Social: R\$ 650.000,00
- Não houve receitas provenientes da compensação financeira citada no §9º do artigo 201 da Constituição Federal de 1988.
- Não houve valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Com base nessas informações tomadas em conjunto, pede-se:

- a. Qual o valor da receita corrente líquida, apurada conforme a Lei Complementar nº 101/2000, referente ao exercício financeiro de 2018? Apresente os cálculos que justifiquem a sua resposta.
- b. Na tabela referente à Despesa Orçamentária, por qual classificação da despesa essas foram apresentadas?
- c. Houve abertura de créditos adicionais suplementares durante o exercício financeiro de 2018? Justifique a sua resposta.
- d. Quais as quatro possíveis fontes de recurso de cobertura para a abertura de crédito adicional suplementar de acordo com a Lei nº 4.320/1964?



(Utilize as linhas a seguir para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	



40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	

R
A
S
C
U
N
H
O